



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Um agente público, fiscal do cumprimento da legislação trabalhista, aplicou uma multa contra um determinado empregador, apesar de ciente da ausência de infração à lei, tão-somente para obter um aumento de ingressos pecuniários nos cofres públicos. Diante da situação apresentada é CORRETO afirmar que o ato administrativo praticado é:

- a) lícito porque observa o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular;
- b) lícito porque consagrou a prevalência do interesse público secundário sobre o primário;
- c) ilícito porque consagrou a prevalência do interesse público secundário sobre o primário;
- d) ilícito porque consagrou a prevalência do interesse público primário sobre o secundário.

2. O Secretário de Finanças do Distrito Federal resolve retirar da ordem jurídica um ato administrativo normativo que, depois de 2 (dois) anos de sua adoção, revela-se inconveniente. Assim, para eliminar a produção de efeitos futuros do ato, resguardados os efeitos lícitos produzidos durante os 2 (dois) anos referidos, a mencionada autoridade pública deve:

- a) anular o ato;
- b) revogar o ato;
- c) convalidar o ato;
- d) autuar o ato.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) os atos da Administração Pública podem ser regulados por regime jurídico de direito privado ou por regime jurídico de direito público;
- b) a escolha do regime jurídico aplicável a cada ato praticado pela Administração Pública cabe ao agente competente;
- c) o princípio da horizontalidade está na base da construção do regime jurídico-administrativo;
- d) na atuação da Administração Pública, a supremacia do interesse público sobre o particular depende de anuência legislativa ou jurisdicional.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a fabricação e comercialização de alimentos caracteriza-se juridicamente como serviço público impróprio;
- b) a delegação de serviço público mediante autorização pressupõe licitação e contrato administrativo;
- c) A concessionária de serviço público pode ser uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado;
- d) O Poder Público, titular do serviço público concedido ao particular, fixará a taxa a ser exigida dos usuários.

5. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) no direito brasileiro é possível (juridicamente válido) a prática de atos administrativos por um magistrado;
- b) a presunção de veracidade do ato administrativo inverte o ônus da prova em desfavor da Administração Pública;
- c) os efeitos jurídicos da revogação e da anulação dos atos administrativos são distintos;
- d) um ato administrativo com vício de finalidade não pode ser convalidado.

6. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) apesar das controvérsias doutrinárias, a ordem jurídica brasileira contempla a categoria contratos administrativos;
- b) somente a União pode legislar sobre normas gerais de contratos administrativos;
- c) o Poder Público pode alterar unilateralmente o contrato administrativo, respeitados os direitos do contratado;
- d) a legislação reguladora dos contratos administrativos contempla hipótese de aplicação do postulado da “exceção do contrato não cumprido”.

7. A administração pública realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos que recebem a denominação especial de atos administrativos. Os atos administrativos que emanam do Poder Legislativo (leis) e do Poder Judiciário (decisões judiciais) podem ser diferenciados por sua natureza, conteúdo e forma. Quando se conceitua ato administrativo como sendo aquele pelo qual o poder público controla outro ato da própria administração ou do administrado, aferindo sua legitimidade formal para dar-lhe exeqüibilidade, faz-se referência ao conceito de

- a) homologação
- b) visto.
- c) dispensa.
- d) renúncia

8. Quando um ato administrativo legal e perfeito torna-se inconveniente ao interesse público, a administração pública poderá suprimi-lo por meio de

- a) anulação.
- b) refazimento
- c) renúncia.
- d) revogação

9. Acerca de contratos administrativos, assinale a opção que apresenta somente cláusulas necessárias ao contrato administrativo, na forma da Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos

- a) objeto, preço, condições de pagamento e confidencialidade
- b) preço, condições de pagamento, confidencialidade e penalidades
- c) objeto, preço, condições de pagamento e penalidades
- d) preço, penalidades, condições de pagamento, confidencialidade e objeto

10. Acerca do controle dos atos administrativos, assinale a opção correta

- a) O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo.
- b) O Poder Judiciário pode anular ato administrativo, com base nos critérios de conveniência e oportunidade.
- c) O Poder Executivo pode anular ato administrativo ilegal a qualquer tempo.
- d) A anulação de ato administrativo ilegal pela própria administração terá efeitos ex tunc.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada Recuperação

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO CIVIL

1. Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção incorreta.

- a) Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.
- b) A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.
- c) A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.

2. A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção incorreta.

- a) Havendo dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro em que ela estiver inscrita.
- b) Em caso de desacordo entre os genitores quanto a emancipação do filho, é assegurado a qualquer um deles, mediante escritura pública devidamente registrada no cartório de registro civil, conceder a emancipação voluntária ao filho do casal.
- c) As pessoas jurídicas, validamente constituídas, respondem somente com seu patrimônio pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam praticados sem abuso da personalidade jurídica.
- d) Nas sociedades de pessoas, quando um sócio morre, os remanescentes podem impedir o ingresso na sociedade do sucessor ou dos sucessores do *de cujus*, por meio da resolução da sociedade, com a liquidação da quota do sócio falecido em favor de seus herdeiros.

3. Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção incorreta.

- a) Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.
- b) A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.
- c) A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.

4. A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção incorreta

- a) Havendo dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro em que ela estiver inscrita.
- b) Em caso de desacordo entre os genitores quanto a emancipação do filho, é assegurado a qualquer um deles, mediante escritura pública devidamente registrada no cartório de registro civil, conceder a emancipação voluntária ao filho do casal.
- c) As pessoas jurídicas, validamente constituídas, respondem somente com seu patrimônio pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam praticados sem abuso da personalidade jurídica.

d) Nas sociedades de pessoas, quando um sócio morre, os remanescentes podem impedir o ingresso na sociedade do sucessor ou dos sucessores do *de cuius*, por meio da resolução da sociedade, com a liquidação da quota do sócio falecido em favor de seus herdeiros.

5. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

a) Reputa-se em fraude contra credores a alienação efetuada pelo devedor dos direitos sobre imóvel penhorado em ação de execução, em detrimento da garantia de que este representa a satisfação do crédito alheio. Nessa situação, caracterizam-se má-fé e prejuízo, impondo-se o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico.

b) Os atos simulados são nulos, insuscetíveis de confirmação pelas partes ou de convalidação pelo decurso do prazo. Entretanto, apesar de nulo o negócio, subsiste o ato dissimulado se válido na substância e na forma.

c) O negócio jurídico apresenta-se defeituoso quando ambas as partes agem reciprocamente com dolo e com errônea transmissão de vontade. Nessa situação, qualquer um dos contratantes pode requerer a anulação do negócio, desde que se responsabilize pelos danos experimentados pelo outro contratante e por aquele causado a terceiro de boa-fé.

d) A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento, ensejando a nulidade absoluta do negócio. Para caracterização da lesão, é necessário que, na conduta do agente, ocorra intenção de lesar terceiro e demonstração da exagerada vantagem auferida por esse na conclusão do negócio.

6. No que concerne aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.

a) Para caracterizar a simulação, defeito sujeito à anulabilidade do negócio jurídico, exige-se que, na conduta do agente, além da intenção de violar dispositivo de lei, haja o desejo de prejudicar terceiros.

b) Podem demandar a anulabilidade do negócio simulado o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público, sendo vedada aos simuladores a faculdade de alegar a simulação ou requerer em juízo a sua anulação, em litígio comum ou contra terceiros.

c) A lesão é vício de consentimento que surge concomitantemente com o negócio e acarreta a sua anulabilidade, permitindo-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.

d) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir a avença e assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emana de erro essencial e escusável.

7. Acerca do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.

a) Negócio jurídico unilateral não receptício é um ato de autonomia privada que se aperfeiçoa pela declaração do seu autor e produz seus efeitos sem a necessidade de aceitação e conhecimento por parte do seu destinatário.

b) A validade do negócio jurídico requer capacidade do agente. Nesse sentido, tal requisito tipifica a um só tempo elementos de existência e pressupostos de validade do negócio jurídico.

c) A reserva mental ilícita ou irregular torna nula a declaração da vontade, se desconhecida da outra parte ao tempo da consumação do negócio jurídico.

d) Representante legal é a pessoa munida de mandato, expresso ou tácito, outorgado pelo representado.

8. Acerca das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, assinale a opção incorreta.

a) A situação de fato, cercada de circunstâncias tais que manifestamente a apresentem como se fosse uma situação de direito, constitui requisito caracterizador da teoria da aparência.

b) Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.

c) Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que elas forem constituídas. No entanto, em contrato de arrendamento celebrado entre empresa holandesa e brasileira e constituído na Inglaterra, aplica-se a lei holandesa se a empresa arrendadora (holandesa) abdicar do foro inglês e ajuizar a ação no domicílio da empresa arrendatária, situado no Brasil.

d) As cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, quando instituídas para garantia de usufruto, cancelam-se com a morte dos doadores.

9. Acerca das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, assinale a opção incorreta.

a) A situação de fato, cercada de circunstâncias tais que manifestamente a apresentem como se fosse uma situação de direito, constitui requisito caracterizador da teoria da aparência.

b) Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.

- c) Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que elas forem constituídas. No entanto, em contrato de arrendamento celebrado entre empresa holandesa e brasileira e constituído na Inglaterra, aplica-se a lei holandesa se a empresa arrendadora (holandesa) abdicar do foro inglês e ajuizar a ação no domicílio da empresa arrendatária, situado no Brasil.
- d) As cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, quando instituídas para garantia de usufruto, cancelam-se com a morte dos doadores.

10. Com relação ao direito da pessoa, assinale a opção correta.

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, inatos ou decorrentes, perpétuos e insuscetíveis de apropriação.
- b) A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações.
- c) A emancipação voluntária ocorre pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) Depois de transitada em julgado, a sentença judicial que decreta a nulidade ou anulação do casamento deve ser registrada no cartório de registro de pessoas naturais.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. É parte ilegítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, nos termos do artigo 103 da CF/88:

- a) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal.

2. Assinale a opção correta, no que se refere ao controle de constitucionalidade no Brasil.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal que ofenda a Constituição da República.
- b) É de 10 anos, contados da data da promulgação da Constituição da República, o prazo decadencial para o oferecimento de representação de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade não é suscetível ao pedido de desistência da parte que a ajuizou.
- d) As súmulas estão sujeitas ao controle constitucional concentrado.

3. No que concerne ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos do Poder Público, é facultado afirmar que:

- a) em razão do princípio da reserva de plenário, os Tribunais só poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- b) pela via de exceção, incumbe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- c) lei ou ato normativo do Distrito Federal, positivado no exercício de competência estadual, pode ser objeto de controle, através de ação direta de inconstitucionalidade, em face da Constituição Federal;
- d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal;
- e) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade está sujeito à observância de prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, atendendo a que os atos inconstitucionais logram a obter, em regra, no sistema pátrio, convalidação pelo decurso do tempo.

4. Ainda acerca do tema controle de constitucionalidade, é factível asseverar que:

- a) pela via de exceção, a questão constitucional é argüida *incidenter tantum*, como prejudicial do mérito;

- b) na hipótese de ação direta, de competência do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, será citado, previamente, para a defesa do ato ou texto impugnado;
- c) em razão do princípio da subsidiariedade que preside o instituto, a arguição de descumprimento de preceito fundamental será admitida pelo Supremo Tribunal Federal, nos casos de sua competência, ainda quando existente qualquer outro meio capaz de sanar, eficazmente, a lesividade alegada;
- d) por entender compatível com o objeto da demanda, o Supremo Tribunal Federal concede medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, expedindo, em consequência, provimento normativo preliminar, de sorte a suprir a inatividade do órgão legislativo inadimplente;
- e) cabe aos Estados Federados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face das Constituições Federal e Estadual, vedada a atribuição para agir a um único órgão.

5. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

- a) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não pode propor ação direta de inconstitucionalidade.
- b) por ocasião da apreciação pelo STF, em tese, de lei ou ato normativo federal, será previamente citado o Advogado-Geral da União, para defender o texto ou o ato impugnado.
- c) a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pela Mesa da Assembleia Legislativa.
- d) o controle repressivo de constitucionalidade é feito por órgãos políticos para eliminar norma inconstitucional do sistema jurídico.

6. Considerando a evolução constitucional no Brasil, assinale a opção correta.

- a) A Constituição de 1937 trouxe diversos avanços no campo do controle de constitucionalidade das normas, conferindo ao STF amplos poderes para exercer o controle abstrato e concreto de constitucionalidade.
- b) A Constituição de 1988 ampliou o rol de direitos e garantias individuais, prevendo, pela primeira vez, nas constituições brasileiras, o mandado de segurança e a ação popular.
- c) Uma das inovações trazidas pela Constituição brasileira de 1891 foi a divisão do território brasileiro em estados e a ampla liberdade de culto, com o fim do catolicismo como religião oficial do Estado.
- d) A Constituição de 1934 ficou marcada pela sua longa duração e pelo seu cunho autoritário, que permitiu a concentração de poderes nas mãos do chefe do Poder Executivo.
- e) Entre as principais características da Constituição de 1967, pode-se citar o aprimoramento da Federação brasileira, com a descentralização de competências e o fortalecimento do princípio da separação dos poderes.

7. Em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a opção correta.

- a) O trabalho insalubre em minas de carvão ou na operação de máquinas que possam causar mutilação só é permitido a partir dos 18 anos de idade.
- b) Considere a seguinte situação hipotética. João foi demitido da fazenda onde trabalhava como ordenhador de ovelhas em 21/5/2002. Em 13/5/2005, propôs reclamação trabalhista para cobrar verbas rescisórias a que tinha direito. O juiz do trabalho afastou a alegação de prescrição apresentada em contestação, sob o fundamento de que os créditos trabalhistas prescrevem em cinco anos. Nessa situação, o juiz do trabalho agiu corretamente.
- c) De acordo com o princípio que manda tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, os trabalhadores avulsos devem ser tratados distintamente daqueles que têm vínculo empregatício permanente.
- d) É inconstitucional regra interna de uma empresa que concede licença gestante de 180 dias às suas empregadas, visto que, de acordo com a CF, a licença tem duração de 120 dias.
- e) A regra interna de uma empresa que concede remuneração de serviço extraordinário de 60% a mais em relação à hora normal é inconstitucional.

8. Nascido em dezembro de 2007, na França, filho de pai brasileiro e mãe argelina, João é registrado em repartição consular brasileira sediada naquele país. Nessa hipótese, nos termos da Constituição da República, João

- a) é considerado brasileiro nato.
- b) será considerado brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

- c) será considerado brasileiro naturalizado, desde que venha a residir por quinze anos ininterruptos no Brasil e não sofra condenação penal.
- d) será considerado brasileiro naturalizado se, na forma da lei, vier a adquirir nacionalidade brasileira.
- e) não será considerado brasileiro.

9. Em relação ao controle de constitucionalidade das normas jurídicas, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF.

- a) As normas anteriores à Constituição Federal de 1988 não podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não podem ser parâmetros normativos de controle porque são hierarquicamente inferiores aos dispositivos da parte permanente da Constituição Federal.
- c) O município pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o tribunal de justiça de seu estado, desde que impugne lei municipal em face da constituição estadual.
- d) As decisões do STF em ações diretas de inconstitucionalidade não são dotadas de efeito vinculante.
- e) Medidas cautelares são cabíveis apenas em ações diretas de inconstitucionalidade.

10. A respeito do controle de constitucionalidade, é CORRETO afirmar:

- a) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por qualquer juízo ou tribunal. Realizada em tribunal, a competência para julgamento é do plenário ou do órgão especial, para onde deve ser remetido o processo oriundo de órgão fracionário, independentemente de juízo deste, para solução de questão prejudicial à causa principal. Solucionada a questão relativa à inconstitucionalidade, restitui-se o processo ao órgão fracionário para prosseguir no julgamento do feito.
- b) A decisão no sentido da inconstitucionalidade de uma norma, realizada pelo STF, em controle difuso ou concentrado, impõe a comunicação da decisão ao Senado Federal, para que este, no uso de sua competência, suspenda o texto considerado inconstitucional.
- c) As normas constitucionais, oriundas do Poder Constituinte Originário e Derivado, estão sujeitas a controle de constitucionalidade, devendo ser observado o limite objetivo consubstanciado nas cláusulas pétreas, pertinentes ao respeito à forma federativa de Estado; ao voto direto, secreto, universal e periódico; à separação dos Poderes; e aos direitos e garantias individuais.
- d) A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou hipótese de deslocamento de competência para julgamento, onde considera, em seu exato texto, que nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador- Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- e) A jurisprudência do STF em controle de constitucionalidade tem permitido modulação dos mecanismos de controle de sorte a afirmar a compatibilidade da norma com a Constituição no tempo presente, porém apontando sua incompatibilidade com a Constituição, caso haja mudança da situação que determinou a compatibilidade.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

PROCESSO CIVIL

1. Assinale a opção correta acerca da competência, em matéria civil, da justiça comum.

- A prevenção define o juízo para o qual serão distribuídas, por dependência, novas ações, unidas à demanda anteriormente ajuizada por um dos vínculos previstos em lei. Além disso, determina o juízo, que terá sua competência prorrogada em razão da conexão ou continência.
- As ações fundadas em direito pessoal ou direito real sobre bens imóveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. No entanto, admite-se que haja prorrogação da competência para o foro da situação da coisa, se os litigantes assim o desejarem.
- Segundo o princípio da perpetuação da competência, esta é fixada no momento em que o juiz determina a citação do réu, mas admite-se sua modificação posterior nas hipóteses de fixação pelo critério territorial ou pelo valor da causa.
- Nas hipóteses de prorrogação da competência por conexão ou por continência, caso as ações já estejam em curso, mesmo sendo absoluta a competência, o juiz determinará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente pelo juiz prevento.

2. Com referência a intervenção de terceiros e a assistência, assinale a opção correta.

- O terceiro que se sentir prejudicado ou que tiver seu direito ameaçado em virtude de uma pretensão discutida em juízo poderá ingressar na ação e nomear-se como legítimo detentor do direito disputado pelo autor, por meio do incidente denominado nomeação à autoria.
- A assistência somente é admissível até o julgamento da apelação.
- Tanto o autor quanto o réu têm legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal, dos demais co-devedores solidários ou do fiador. Quando o chamamento for manejado pelo autor, permite-se o aditamento da petição inicial pelo chamado.
- A denúncia à lide constitui uma nova ação, ou seja, é lide secundária em relação à ação principal, e, uma vez extinta a ação principal, resta prejudicada, por falta de objeto, a lide secundária.

3. Acerca da tutela de urgência, assinale a opção correta.

- O indeferimento de medida cautelar não obsta o ingresso da ação principal, mesmo quando tenha sido acolhida, na ação cautelar, alegação de prescrição ou decadência; tampouco influi em seu julgamento, pois, conquanto dependentes no plano da existência, guardam ambos autonomia no que vier a ser decidido acerca do mérito de ambas as demandas.
- A indicação da ação principal a ser proposta e o seu fundamento são requisitos obrigatórios da petição inicial da medida cautelar preparatória; e o que se decide na ação cautelar é se há probabilidade do direito afirmado pelo autor e se esse direito, em face da demora do processo principal, corre risco de sofrer dano de difícil reparação.
- Devido à urgência e celeridade, as decisões liminares proferidas no processo cautelar só podem ser concedidas se a petição inicial estiver acompanhada de prova pré-constituída e inequívoca do direito afirmado pelo requerente e se houver risco iminente de perigo, não se admitindo, para esse fim, a prova testemunhal.

d) O juiz poderá antecipar, de ofício ou a requerimento da parte autora, os efeitos da tutela pretendida, desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

5. Com relação ao litisconsórcio, é correto afirmar que

- a) todo litisconsórcio necessário é também unitário.
- b) o litisconsórcio formado entre os réus de uma ação anulatória de um mesmo negócio jurídico é unitário.
- c) as vítimas de um mesmo acidente de trânsito podem agir em litisconsórcio contra quem o causou, para exigir-lhe perdas e danos, sendo unitário o litisconsórcio assim formado.
- d) consumidores que se dizem individualmente lesados em virtude do consumo do mesmo produto podem agir em litisconsórcio contra o produtor, para exigir-lhe perdas e danos, sendo necessário o litisconsórcio assim formado.

6. Assinale a opção correta.

- a) A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. Nesse caso, trata-se de prestação jurisdicional de mérito específico e limitado, denominada sentença de mérito parcial.
- b) É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar prazos, ainda que peremptórios.
- c) A interrupção da prescrição constitui um dos efeitos processuais da citação inválida.
- d) No procedimento comum sumário, é cabível o chamamento ao processo.

7. Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros no processo civil, assinale a opção correta.

- a) Na oposição, o terceiro ingressa em juízo pretendendo defender sua posse ou propriedade sobre os bens apreendidos judicialmente, sem discussão dos direitos que lhe cabem sobre o bem disputado na ação principal, formando-se litisconsórcio passivo necessário entre os opostos.
- b) O chamamento ao processo permite ao réu incluir, coercitivamente, no pólo passivo todos os que devem responder solidariamente com ele pela satisfação do direito pretendido pelo autor. No chamamento, o réu e os chamados mantêm vínculo de direito material com o autor.
- c) Tratando-se de litisconsórcio unitário e necessário, seja ativo ou passivo, o requisito da legitimidade somente se aperfeiçoa se todos os litisconsortes integrarem o respectivo pólo da relação processual. Nesse litisconsórcio, a legitimidade é conjunta, mas a lide pode ser decidida de maneira diversa para eles.
- d) Ocorre a denunciação da lide quando um terceiro interessado requer sua intervenção no processo pendente entre as partes, visando excluir a pretensão do autor e auxiliar o réu em sua defesa.

8. Acerca do litisconsórcio e da assistência, assinale a opção correta.

- a) O assistente simples ou o litisconsorcial, por defender o interesse alheio, pode formular o pedido de admissão em qualquer momento da instrução processual, isto é, só pode formulá-lo antes de proferida a sentença.
- b) O terceiro que tiver interesse jurídico em que uma das partes vença a ação pode intervir como assistente simples, que não assume a posição de parte, mas pode praticar atos processuais que sejam benéficos ao assistido.
- c) O litisconsórcio necessário ocorre somente quanto ao pólo passivo da relação processual. Quanto ao pólo ativo, o litisconsorte é sempre facultativo, porque o direito de ação é uma faculdade que se coloca à disposição daquele que tiver seu direito violado. Assim, quando o autor tiver necessariamente de litisconsorciar-se para promover a ação, a recusa do outro litisconsorte impedirá que se promova validamente a ação.
- d) Para admissão do assistente simples ou do litisconsorcial, é necessário que exista uma relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido e que os efeitos da sentença influam diretamente nessa relação jurídica, com ou sem o ingresso deste terceiro no processo. Entretanto, se o assistente não integrar a lide, pode discutir os fatos e fundamentos da sentença em processo posterior, pois a coisa julgada não atinge quem não foi parte no processo.

9. Acerca dos critérios para a fixação da competência, assinale a opção correta.

- a) A ação de dissolução de união estável, ainda que apresente conseqüências relativas a bens imóveis, possui cunho eminentemente de direito pessoal, devendo o foro competente ser fixado de acordo com o domicílio do réu.
- b) Ocorrendo a prorrogação legal da competência de um determinado órgão judiciário, o juiz que era absolutamente incompetente se legitima para a causa. Nesse caso, para a modificação da competência por esse critério, exige-se, além da competência absoluta do juízo para conhecer de uma das ações, a necessidade do julgamento simultâneo ou do conjunto das ações que foram propostas separadamente em foros distintos.
- c) A prevenção é um critério para se fixar a competência entre dois juízes igualmente competentes e para se excluírem os demais juízes competentes de um mesmo foro ou tribunal e ocorre nas hipóteses de competência relativa e absoluta, bem como nas de competência exclusiva e concorrente. Sendo ajuizadas ações continentais em juízos diversos, o juiz competente será aquele que determinou a citação válida em primeiro lugar.
- d) O pedido de conversão de separação em divórcio deve ser formulado, necessariamente, no juízo em que se processou a separação judicial do casal. Por se tratar de competência fixada pelo critério funcional, ainda que um

dos cônjuges tenha transferido seu domicílio para outra cidade, consoante a regra da perpetuação da jurisdição, essa competência não pode ser alterada.

10. A respeito da tutela antecipada, assinale a opção correta.

- a) Restando provado nos autos a necessidade da utilização da tutela satisfativa para resguardar interesse da parte autora, ainda que esta não requeira, o juiz, convencendo-se da verossimilhança da alegação do autor, deverá antecipar os efeitos práticos da sentença, fundamentando a sua decisão no dever do magistrado de velar pela rápida e adequada solução dos litígios.
- b) Para a obtenção da tutela antecipada, a parte deverá instaurar um processo antecedente requerendo a medida prévia antes da instauração do processo principal.
- c) Pela aplicação da regra da fungibilidade dos provimentos de urgência, poderá o juiz, ao antecipar a tutela, escolher a providência mais adequada para a solução do litígio, ainda que esta não esteja contida no pedido do autor.
- d) Ainda que não tenha deferido a tutela antecipada no início do processo, o juiz poderá, ao decidir a causa, conceder a antecipação dos efeitos da providência definitiva, desde que o faça fundamentadamente.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1.A seguridade social, de acordo com a Constituição, deve ser organizada de modo a que os benefícios e serviços previdenciários prestados às populações urbanas e rurais devem guardar relação de

- a) equivalência e seletividade.
- b) seletividade e universalidade
- c) irredutibilidade e distributividade.
- d) uniformidade e equivalência
- e) universalidade e distributividade.

2. Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:

- a) As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
- b) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
- c) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar.
- d) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
- e) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser criadas e exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.

3.No âmbito dos benefícios assegurados pela Lei nº 8.213/91, assinale a opção correta.

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, desde que aposentado, sendo o termo inicial do benefício a data do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste, ou o requerimento administrativo, quando pleiteado após esse prazo.
- b) O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, desde que este não seja aposentado, nem receba remuneração da empresa, ou esteja em gozo de auxílio-doença ou de abono de permanência em serviço.

- c) O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação, entre outros documentos, comprovante de frequência obrigatória à escola do filho ou equiparado, sendo que suas cotas são pagas de forma mensal pelo INSS.
- d) Seria inconstitucional o estabelecimento de requisitos diferenciados de idade mínima para concessão de aposentadoria entre trabalhadores urbanos e rurais, uma vez que a Carta Magna estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- e) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos ou alternados, independentemente, em qualquer hipótese, do cumprimento de período de carência.

4. Entre as assertivas abaixo, assinale a opção correta relacionada aos Planos de Benefícios da Previdência Social, definidos pela Lei nº 8.213/91.

- a) A aposentadoria por idade poderá ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo feminino, tendo caráter compulsório.
- b) O benefício de aposentadoria por invalidez é sempre concedido independentemente de carência, nos termos do Plano de Benefícios.
- c) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem a incapacidade total e irreversível para qualquer trabalho.
- d) Firmou-se o entendimento jurisprudencial no sentido de que é exigível o preenchimento simultâneo dos requisitos necessários ao recebimento do benefício de aposentadoria por idade.
- e) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, que impeça o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, desde que comprovada mediante exame médico-pericial, conferirá direito à aposentadoria por invalidez.

5. De acordo com a Lei no 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,

- a) até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- b) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- c) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
- d) até dez meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- e) até vinte e quatro meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.

6. De acordo com a Lei no 8.213/91, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo

- a) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- b) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução
- c) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- d) Presidente do Congresso Nacional, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, sendo vedada a recondução
- e) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

7. A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de empregado, entre outros, as seguintes pessoas físicas, exceto

- a) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas.
- c) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, ainda que coberto por regime próprio de previdência social.

- d) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social
- e) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

8. Com relação à aposentadoria por invalidez, prevista na Lei 8.213/91, é incorreto afirmar:

- a) A aposentadoria por invalidez não será concedida ao trabalhador avulso
- b) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência.
- c) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz
- d) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente de trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- e) A aposentadoria por invalidez será concedida ao trabalhador doméstico.

9. De acordo com a Lei n. 8.213/91, na parte relativa ao auxílio-doença, indique qual das opções está incorreta

- a) é um benefício de caráter continuado.
- b) é devido ao segurado.
- c) a sua extinção ocorre diante da recuperação da capacidade para o trabalho
- d) em regra, possui prazo de carência para a sua concessão.
- e) é concedido diante da incapacidade permanente para o trabalho.

10. No contexto da Seguridade Social, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

- a) o direito à moradia está compreendido entre os bens jurídicos tutelados pela Seguridade Social.
- b) é princípio constitucional expreso relativamente à Seguridade Social o atendimento integral à população, com prioridade para as atividades preventivas.
- c) a previsão constitucional de participação dos aposentados, dos trabalhadores e dos empresários na gestão administrativa da Seguridade Social evidencia o seu caráter democrático e descentralizado.
- d) o financiamento da Seguridade Social é feito somente de forma indireta pela sociedade, mediante recursos provenientes unicamente dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO DO TRABALHO

1. Paulo foi contratado pela pessoa jurídica Delta, em 12/9/2003. Desde a data de sua contratação, Paulo nunca gozou férias. Paulo recebe, além da remuneração, gratificação semestral contratualmente estabelecida. Paulo, no dia 17/2/2006, sofreu acidente de trabalho, o que o fez ausentar-se da empresa por dez dias. Com base na situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- a) Os dez dias de ausência do empregado, em virtude de acidente de trabalho, deverão ser considerados para o cômputo da duração das férias de Paulo, no período aquisitivo de 2005/2006.
- b) Paulo tem direito a gozar dois períodos de férias, devendo um deles ser remunerado em dobro.
- c) Na vigência do contrato de trabalho, o direito de Paulo reclamar a concessão das férias e o pagamento da respectiva remuneração, relativamente ao período aquisitivo de 2003/2004, prescreverá em 12/9/2007.
- d) Para o cálculo do abono de férias devido a Paulo, deve ser considerado, pelo seu duodécimo, o valor da gratificação semestral estabelecida contratualmente.

2. José trabalha como garçom em um restaurante, desde 20/7/1994, com jornada de seis horas, recebendo salário fixo, acrescido das gorjetas. Sua jornada inicia-se às 18 h, de terça-feira a domingo. O estabelecimento empresarial do empregador de José fecha às terças e quintas-feiras à meia-noite, e de sexta-feira a domingo, às duas horas da manhã. Considerando que a hora do trabalho noturno corresponde a 52 minutos e 30 segundos, assinale a opção correta.

- a) O adicional noturno, por ser parcela indenizatória, não integra o salário de José.
- b) José presta, de terça-feira a domingo, serviço em horário extraordinário, fazendo jus, também, ao respectivo adicional.
- c) Se José for transferido para o período diurno, continuarão direito ao adicional noturno.
- d) As gorjetas recebidas por José deverão ser utilizadas como base de cálculo para as parcelas do adicional noturno.

3. Maria, empregada de determinada pessoa jurídica, em 21/12/2005 constatou que estava grávida há, aproximadamente, duas semanas. No dia 15/2/2006, Maria recebeu aviso-prévio, momento em que informou o seu estado gravídico à sua empregadora. O representante legal da empregadora, em tom agressivo, ressaltou que a gravidez era problema dela e que não era justificativa para mantê-la no emprego. Bastante ofendida, Maria afirmou que renunciaria o seu direito ao aviso-prévio e assinou termo redigido pelo representante legal da empregadora, declarando expressamente a sua renúncia.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A renúncia ao direito ao aviso-prévio, desde que expressa e escrita, é juridicamente válida.

- b) Para ter direito à estabilidade provisória, Maria deveria ter comunicado sua condição à empregadora na data em que teve certeza de sua gravidez, e, portanto, antes do recebimento do aviso-prévio.
- c) Se Maria não estivesse grávida e recebesse aviso-prévio, e, no curso deste, lhe fosse concedido benefício previdenciário denominado auxílio-doença, os efeitos da dispensa só se concretizariam após o término do referido auxílio.
- d) Para o cálculo do prazo do aviso-prévio, são incluídos o dia em que o aviso foi efetivamente realizado e o dia do vencimento.

4. Acorde o entendimento jurisprudencial consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, relativamente ao instituto da equiparação salarial, é CORRETO afirmar:

- a) Não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual.
- b) O conceito de mesma localidade de que trata o art. 461 da CLT não inclui municípios distintos da mesma região metropolitana
- c) É do empregador o ônus probatório do fato impeditivo, extintivo ou impeditivo de direito à equiparação salarial.
- d) Para fins e efeitos isonômicos, empregado e paradigma devem exercer os mesmos cargos, inclusive, com a mesma denominação

5. Constituem causas de suspensão do Contrato de Trabalho, EXCETO:

- a) Afastamento previdenciário por motivo de acidente de trabalho, a partir do 10º (décimo) dia.
- b) Prestação de serviço militar.
- c) Eleição para cargo de direção sindical.
- d) Suspensão disciplinar.

6. São trabalhadores regidos pela CLT, EXCETO

- a) bancários.
- b) cooperados.
- c) Ferroviários
- d) Químicos

7. Em 18/1/2006, José celebrou contrato de experiência com a pessoa jurídica Alfa, pelo prazo de 90 dias. Após 40 dias de serviços prestados, ele teve seu contrato de experiência rescindido, com base em cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, expressamente ajustada. Em 30/5/2006, José celebrou novo contrato de experiência com Alfa, de 45 dias, prorrogável por igual período. Decorridos 20 dias da constituição desse novo contrato, a Alfa cessou suas atividades e alienou seu único estabelecimento empresarial para a pessoa jurídica Beta, que manteve o quadro de pessoal anterior e firmou com cada um dos empregados, inclusive com José, acordo escrito de compensação de jornada de trabalho, contrariando norma coletiva do sindicato representativo da categoria dos novos empregados de Beta. Considerando a situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta

- a) Na forma como foi rescindido o primeiro contrato de experiência, a empresa Alfa deveria ter pré-avisado José do término do contrato. Por isso, José tem direito à indenização correspondente ao período do aviso prévio não-concedido.
- b) O acordo individual escrito de compensação de jornada de trabalho sobrepõe-se à norma coletiva antagônica, sendo, portanto, plenamente válido e eficaz.
- c) O segundo contrato celebrado entre José e Alfa é considerado contrato por prazo indeterminado.
- d) Houve sucessão empresarial entre Alfa e Beta, o que assegura aos empregados os direitos adquiridos quando ainda trabalhavam para a pessoa jurídica sucedida.

8. Marcos trabalha para Jonas, exercendo a função de auxiliar de cargas e descargas em câmara frigorífica, pela qual recebe adicional de insalubridade. Jonas fornece a Marcos todos os equipamentos de proteção individual necessários para o desempenho de sua função. Marcos, que reside a 10 km do local de trabalho, eventualmente, quando se atrasa e perde a condução fornecida pela empregadora, utiliza transporte público coletivo para chegar ao trabalho. Certa vez, após longo e exaustivo dia de trabalho, quando Marcos retornava para a sua residência, o ônibus em que estava capotou e ele sofreu fratura do braço esquerdo, tendo de ausentar-se do trabalho por 12 dias. Com base na situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta.

- a) Os 12 dias de ausência de Marcos não devem ser considerados para o cálculo de suas férias.

- b) O adicional de insalubridade percebido por Marcos integra sua remuneração para todos os efeitos legais.
- c) O pagamento do adicional de insalubridade não é obrigatório, em virtude do fornecimento, pelo empregador, de equipamentos de proteção individual.
- d) O tempo gasto por Marcos em condução fornecida por sua empregadora, no deslocamento entre sua residência e seu local de trabalho, não é considerado tempo de serviço.

9. Henrique trabalha para a pessoa jurídica Y. Sua jornada de trabalho é de 5 h e 45 min, com intervalo de 15 minutos para descanso e alimentação. A empresa adota sistema de 4 turnos por dia, permanecendo em atividade ininterruptamente. Aos sábados, Henrique inicia seu turno às 18 h e o cessa às 24 h. De segunda a sexta-feira, Henrique trabalha das 8 h às 14 h. Henrique dobra sua jornada todas as quartas-feiras e descansa aos domingos. Assinale a opção correta acerca dessa situação hipotética

- a) Henrique exerce 3 horas extras todas as segundas-feiras.
- b) O intervalo de 15 minutos concedido por Y para descanso e alimentação é considerado tempo de serviço.
- c) O intervalo para descanso e alimentação, concedido por Y, descaracteriza o regime de revezamento.
- d) Y não é obrigada a pagar adicional das horas extraordinárias que excederem a limitação legal da jornada suplementar.

10. Renato trabalhava para a pessoa jurídica Beta, na função de garçom, com regime 18 horas semanais de trabalho. Pelo desempenho de suas funções, recebia, mensalmente, além das gorjetas, gratificação de produtividade equivalente ao acréscimo de 10% sobre o valor total das gorjetas rateadas. Essa gratificação foi posteriormente suprimida pelo pagamento de um valor fixo bastante inferior à média anual da antiga gratificação. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção incorreta.

- a) A gratificação de produtividade ajustada não repercute no valor do repouso semanal remunerado.
- b) As gorjetas pagas pelo empregador integram a remuneração de Renato e não servem de base para o cálculo do aviso prévio.
- c) A prescrição para pleitear o pagamento da gratificação indevidamente suprimida é total.
- d) É cabível que Beta celebre, por escrito, acordo individual com Renato para a prestação de serviços em sobrejornada.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª Chamada de Recuperação

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta preta. Não rasurar a prova.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Segundo orientação do TST, na justiça do trabalho, a condenação em honorários advocatícios, necessariamente, requer

- a) a simples procuração do advogado juntada aos autos.
- b) a assistência por sindicato e o benefício da justiça gratuita, de forma concomitante.
- c) a assistência por sindicato, apenas.
- d) o benefício da justiça gratuita, apenas.

2. O prazo para a interposição de recurso de embargos para a Seção de Dissídios Individuais no TST é de

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.

3. Nos processos que correm sob o rito sumaríssimo, o recurso de revista será cabível

- a) quando houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à CF.
- b) nos casos em que haja flagrante injustiça.
- c) quando a decisão proferida pelo TRT violar disposição de lei federal.
- d) quando houver divergência jurisprudencial entre TRTs.

4. Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Alfa Ltda. e formulou pedido de condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. O juiz de 1.ª instância julgou procedente o pedido e estabeleceu condenação contra a Empresa Alfa Ltda. e condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. As empresas possuíam advogados distintos, constituídos nos autos. A Empresa Ômega Ltda. interpôs recurso ordinário no 7.º dia do prazo, e a Empresa Alfa Ltda. o fez no 14.º dia, fundamentando-se no art. 191 do Código de Processo Civil (CPC), que assim dispõe: “Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.”

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com relação ao prazo para a interposição do recurso ordinário.

- a) Ambos os recursos apresentados seriam intempestivos, visto que o prazo para apresentar recurso ordinário é de 5 dias.
- b) Sendo a CLT omissa, aplica-se subsidiariamente o disposto no CPC, de forma que o prazo é contado em dobro quando houver litisconsortes com procuradores distintos.
- c) O advogado da Empresa Alfa Ltda. não precisaria sequer invocar o CPC, pois a CLT também estabelece o prazo em dobro quando presentes litisconsortes com procuradores distintos.

d) O prazo em dobro previsto no CPC é inaplicável ao processo do trabalho, visto que é incompatível com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.

5. Não se inclui entre os exemplos de pessoa isenta do pagamento de custas na justiça do trabalho, enumerados no art. 790-A da CLT, a

- a) fundação pública estadual que não explore atividade econômica.
- b) União.
- c) empresa pública.
- d) autarquia estadual.

6. No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

- a) O prazo para interposição do recurso de revista é de 10 dias.
- b) Tal recurso possui efeitos devolutivo e suspensivo em todos os casos.
- c) Esse recurso é cabível contra decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, em casos de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- d) Não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

7. Um conflito de competência existente entre um juiz do trabalho e um juiz federal deve ser julgado

- a) pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- b) por um tribunal regional federal.
- c) pelo STJ.
- d) pelo STF.

8. Suponha-se que um empregado tenha sido demitido sem justa causa da empresa para que trabalhava e que esta não lhe tenha fornecido as guias do seguro desemprego. Nessa situação, caso o empregado tenha interesse em mover algum tipo de ação contra a empresa para obter indenização pelo não-fornecimento das guias do seguro-desemprego, ele deve ingressar com ação

- a) em vara cível da justiça comum estadual.
- b) na justiça do trabalho.
- c) na justiça federal.
- d) em juizado especial cível da justiça comum estadual.

9. Considerando que uma empresa que se encontre em liquidação extrajudicial apresente recurso ordinário de uma sentença de 1.º grau, mas não efetue o pagamento das custas, tampouco realize o depósito recursal, assinale a opção correta.

- a) As empresas em liquidação extrajudicial equiparam-se a uma massa falida, por isso gozam do privilégio de não precisar efetuar o depósito recursal, nem recolher as custas processuais para recorrer.
- b) O recurso da empresa deve ser considerado deserto, pois empresa em liquidação extrajudicial não goza do mesmo benefício concedido às massas falidas.
- c) O juiz deve mandar intimar a empresa para fazer o recolhimento das custas e efetuar o depósito recursal, no prazo de 5 dias, sob pena de o recurso ser considerado deserto.
- d) O juiz deve mandar processar o recurso da forma como se encontra, e o tribunal julgará a questão do pagamento das custas e do depósito recursal.

10. Assinale a opção correta, considerando que, em determinado processo, tenha sido sugerido haver conflito de competência funcional entre o TRT e uma vara do trabalho a ele vinculada.

- a) Não se configura conflito de competência entre TRT e vara do trabalho a ele vinculada.
- b) O TRT deverá julgar o conflito.
- c) O TST deverá julgar o conflito.
- d) O STF deverá julgar o conflito.

GABARITO PÓS TRABALHO – 2ª CHAMADA DE RECUPERAÇÃO – 06-12-09**DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. C
2. B
3. A
4. C
5. B
6. B
7. B
8. D
9. C
10. D

DIREITO CIVIL

1. C
2. B
3. C
4. B
5. B
6. C
7. D
8. C
9. C
10. A

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. E
2. C
3. C
4. A
5. B
6. C
7. A
8. A
9. A
10. E

PROCESSO CIVIL

1. A
2. D
3. B
5. B
6. A
7. B
8. B
9. A
10. D

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. D
2. A
3. B
4. A
5. B
6. E
7. C
8. A
9. E

10. D

DIREITO DO TRABALHO

- 1. B
- 2. B
- 3. C
- 4. C
- 5. A
- 6. B
- 7. B
- 8. C
- 9. A
- 10. D

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1. B
- 2. B
- 3. A
- 4. D
- 5. C
- 6. C
- 7. C
- 8. B
- 9. B
- 10. A